



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003609-54.2014.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Carla Carolina Dotta e outro**  
 Requerido: **TAPEÇARIA CARTAXO e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

### D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter contratado os réus para a reforma de um sofá de sua propriedade, pagando-lhes parte do preço avençado.

Alegou ainda que contrariando o que foi combinado os réus entregaram o produto e passaram a cobrá-la de maneira indevida, de sorte que postula sua condenação ao ressarcimento dos danos morais que experimentou.

Extraio dos autos como dados incontroversos a contratação entre as partes, a ultimização dos serviços a cargo dos réus, a entrega do sofá à autora já reparado e a falta do pagamento completo por parte desta.

Como assinalado, tais aspectos não suscitam divergências nos autos.

Assentadas essas premissas, reputo que a autora não faz jus ao recebimento da indenização que postulou.

É certo que a testemunha Alessandra Regina Bento confirmou ter ouvido o réu afirmar que já dera por perdido o pagamento que a autora lhe deveria fazer, porquanto ela não cumpriria sua obrigação.

É certo também que a testemunha Marinês Roberta Pereira Gonçalves ouviu palavras semelhantes do réu.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

As demais formas de cobrança elencadas a fl. 01 (dirigidas ao filho da autora, de treze anos de idade, ou a uma vizinha) não restaram comprovadas (ressalvo que a testemunha Marinês, vizinha da autora, fez menção de que o réu afirmou que a autora lhe devia, mas não fez cobranças por seu intermédio).

Sem embargo, entendo que isso não basta para a configuração de danos morais passíveis de reparação.

Sobre esse assunto, sabe-se que a vida em sociedade nos dias de hoje é permeada de transtornos e frustrações, muitas vezes causadas por condutas inadequadas de terceiros.

Entretanto, somente aquelas extraordinárias, realmente graves e que rendam ensejo a sofrimento profundo que provoque consistente abalo emocional podem dar causa à indenização por danos morais.

É o que preconiza a doutrina sobre o assunto:

*“Só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimentos, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia-a-dia, no trabalho, no trânsito, entre os amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. Se assim não se entender, acabaremos por banalizar o dano moral, ensejando ações judiciais em busca de indenizações pelos mais triviais aborrecimentos.”* (SÉRGIO CAVALIERI FILHO *in* “Programa de Responsabilidade Civil”, Ed. Malheiros, 2004, p. 98).

*“Propugnar pela ampla ressarcibilidade do dano moral não implica no reconhecimento de todo e qualquer melindre, toda suscetibilidade acerbada, toda exaltação do amor próprio, pretensamente ferido, a mais suave sombra, o mais ligeiro roçar de asas de uma borboleta, mimos, escrúpulos, delicadezas excessivas, ilusões insignificantes desfeitas, possibilitem sejam extraídas da caixa de Pandora do Direito, centenas de milhares de cruzeiros.”* (ANTÔNIO CHAVES *in* “Tratado de Direito Civil”, Ed. RT, 1985, p. 637).

A jurisprudência caminha nessa mesma direção:

*“(…) os dissabores e incômodos quiçá vivenciados pelo autor não constituíram nada mais do que percalços do cotidiano que facilmente podem (e devem) ser absorvidos, tendo em vista que não exorbitam aquilo que deve ser tolerado na vida em sociedade. Danos morais não verificados”* (STJ – Agravo de Instrumento nº 995/427/RS – Decisão do Rel. Min. HUMERTO GOMES DE BARROS – DJ 26.02.2008).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

*“O mero dissabor não pode ser alçado a condição de dano moral. Indevido falar-se em dano moral presumido na hipótese dos autos. O aborrecimento do consumidor não induz automaticamente à indenização. Não há elementos nos autos aptos a atribuir relevância jurídica a este evento. O autor não sofreu prejuízo moral, humilhação, vergonha ou constrangimento públicos, tampouco houve inscrição em órgãos de restrição ao crédito” (...)* (STJ – REsp nº 905.289/PR – Rel. Min. **HUMBERTO GOMES DE BARROS** – DJ 20.04.2007).

Assim, os aborrecimentos, a irritação e mesmo a frustração da autora podem até ter sucedido, mas não são suficientes para gerar o direito à indenização por danos morais porque estão muito mais próximos dos entevos que corriqueiramente acontecem.

Ainda que se possa repudiar a conduta dos réus, entre isso e o reconhecimento de que ela rendeu ensejo a danos dessa natureza existe distância considerável, mesmo porque há que se reconhecer que em última análise a autora efetivamente permanece em débito com eles até a presente data.

O pleito exordial, portanto, não vinga.

Outra é a alternativa para o pedido contraposto apresentado pelos réus em face da confessada inadimplência da autora.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação e **PROCEDENTE** o pedido contraposto formulado pelos réus para condenar a autora a pagar-lhes a importância de R\$ 800,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados de junho de 2014 (época da oferta da contestação de fls. 28/31).

Caso a autora não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.  
**P.R.I.**

São Carlos, 12 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**